

ATUAÇÃO EM CRECHE COMUNITÁRIA FRENTE AOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS

BARBOSA, Valéria Raquel Alcântara – UESPI
valerialca@yahoo.com.br

FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger – UFPI
camilasiqueirapsi@gmail.com

Área Temática: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

A violência sexual intrafamiliar contra crianças é uma das mais graves e complexas questões de Saúde Pública da contemporaneidade. Sua manifestação se vincula a fatores sócio-histórico-culturais e remonta aos primórdios da humanidade, encubada por estigmas, mitos e tabus que lhe são associados. Destarte entrelaça convivência e pacto do silêncio coletivo devido às expectativas em torno dos papéis socioculturalmente associados à instituição família, somados às decorrentes das diferenças de comportamento entre gêneros pela cultura machista e ao tratamento dos filhos mediante coisificação da infância. Sinais, sintomas e marcas da violência sexual intrafamiliar contra crianças, pelas sutilezas, pelos estigmas e tabus associados são de difícil visibilidade. Além disso, tal prática é pouco denunciada, conseqüentemente, subnotificada. Isto repercute em dados estatísticos pouco confiáveis que embasem intervenções mais afirmativas. Porém, trata-se de um problema cujos impactos se mostram na escolarização. Assim, esta pesquisa buscou, a partir da experiência de estágio profissional na área de Psicologia, investigar o problema em questão, a fim de subsidiar reflexões para a estruturação de metodologias a orientar educadores de creche sobre como lidar com tal. A metodologia utilizada para a coleta dos dados consistiu em observação dos comportamentos das crianças, além de entrevistas com os professores; após, foram realizadas intervenções em psicologia mediante orientações aos pais e professores, e por acompanhamento psicoterapêutico com as crianças que sofreram abuso. Percebeu-se que a quantidade de crianças estudantes da creche que sofreram violência sexual intrafamiliar perfaz cerca de 8 % do total de alunos. Ressalta-se que essa quantidade representa a pequena “ponta do iceberg”, visto a invisibilidade e sutileza atrelada às marcas desse tipo de violência, dentre outros aspectos observados.

Palavras-chaves: Violência Sexual Intrafamiliar; Educação Infantil; Formação de Professores.

Introdução

A violência sexual intrafamiliar contra crianças é uma das mais graves e complexas questões de Saúde Pública da contemporaneidade. Além de se tratar de fenômeno que tem intensificado preocupação e revolta para sua compreensão e respectivo combate entre formuladores de políticas públicas, gestores, pesquisadores e sociedades em nível mundial. Sua manifestação se vincula a fatores sócio-histórico-culturais e remonta aos primórdios da humanidade, encubada por estigmas, mitos e tabus que lhe são associados.

Destarte esse tipo de violência entrelaça convivência e pacto do silêncio coletivo devido às expectativas em torno dos papéis socioculturalmente associados à instituição família, somados às decorrentes das diferenças de comportamento entre gêneros pela cultura machista e ao tratamento dos filhos mediante coisificação da infância.

Sinais, sintomas e marcas da violência sexual intrafamiliar contra crianças, pelas sutilezas, estigmas e pelos tabus associados, são de difícil visibilidade. Além de tais, a prática é sub-relatada, pouco denunciada, conseqüentemente, sub-notificada. Quadro este que repercute em dados estatísticos pouco confiáveis que embasem intervenções mais afirmativas. Porém, trata-se de um problema cujos impactos se mostram na escolarização. Assim, esta pesquisa buscou, a partir da experiência de estágio profissional na área de Psicologia, investigar tal processo, a fim de subsidiar reflexões para a estruturação de metodologias a orientar educadores de creche sobre como lidar com tais questões.

A creche representa local privilegiado para identificar a suspeita ou confirmação da ocorrência de violências intrafamiliar perpetradas contra crianças, por atender em período integral a clientela, a qual reside nas regiões circunvizinhas; condição esta que oportuniza maior proximidade das famílias. Permitindo-se, então, o planejamento de intervenções precoces de caráter promocional e preventivo à saúde.

A criança e a família

Para Ariés (1978), a infância é uma construção social moderna cuja representação histórica progressiva se vinculava a uma fase da vida instável. O autor descortinou elementos que mostram a partir da idade média a “descoberta” da infância e a “consciência” sobre a especificidade desta fase em relação à adultice; apontando que família e escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. Entretanto, apesar dessa mudança de concepção

sobre a infância, Charlot (1971) entende que a partir de então a criança se tornou um ser cuja condição social passou a ser rejeitada; portanto, um sujeito marginalizado econômica, social e politicamente. Destarte, a criança perde a possibilidade de opinar, é excluída dos meios de produção e considerada desprovida de recursos e de condições para enfrentar o mundo.

O conceito de família propriamente dita, historicamente, conforme Ariés (1981), ganha ênfase a partir do século XVII, quando a família conjugal se tornou uma instituição particular, derivada do campo social pela separação entre público e privado. Dessa forma, os laços da família passaram a se constituir em torno dos cuidados, proteção e afetividade dos pais para com seus filhos. No que se refere à conjuntura contemporânea relativa aos anos iniciais do novo milênio, Mondin (2005) apresenta que a configuração das famílias refletem problemas dos contextos nos quais seus membros vivem. Destarte, as mudanças na concepção sobre a importância e influência dos primeiros anos de vida do filho - para o desenvolvimento ulterior da criança - têm produzido profundas transformações na estrutura familiar e no papel de cada um de seus membros.

Mussen et al. (2001) atentam para que a família tenha cuidado especial com a criança, já que é na infância que o sujeito experimenta muitos eventos inéditos - como a primeira fala, o primeiro passo, os primeiros sorrisos, etc. Fase esta que representa um processo dinâmico, contínuo e rápido; com etapas a serem alcançadas nos aspectos físico, psicológico e neuromotor. Em relação aos fatores emocionais característicos do desenvolvimento infantil nessa etapa da vida, Dorin (1982) esclarece que tais manifestam reações associadas a prazer ou a desprazer profundo ou a atividade motora intensa, as quais ligadas às necessidades biológicas. Porém, para o autor, os sentimentos estão conectados aos motivos sociais e pessoais.

Ressalta-se que é na família que, conforme Mussen et al. (2001), se desenvolvem as primeiras reações emocionais da criança, e os pais devem servir de suporte para que tais expressões não se transformem em reações patológicas. Dessa forma, esses autores julgam que o meio familiar também pode ser responsável pelo desenvolvimento de fatores emocionais que prejudicam a evolução da criança em diversas áreas da vida, especialmente relativas à aprendizagem e ao meio social.

O Ministério da Saúde (2002) destaca o período da infância denominado segunda infância ou idade pré-escolar (de 2 a 6 anos), o qual corresponde à etapa pela qual a criança aprimora habilidades aprendidas ao longo de seu desenvolvimento anterior, sobretudo

referentes à locomoção, à comunicação, à atividade com jogos simbólicos e ao manuseio de objetos. Sendo nesta fase que a criança realizará ações mais complexas como explorar o ambiente, utilizando a brincadeira e o faz-de-conta.

Para Ramos (2003), a família tem grande influência sobre o indivíduo, pois é o grupo básico, a unidade social fundamental. Nela, um jogo de forças biológicas, psicológicas, sociológicas e culturais atuam sobre o indivíduo, com intensidade extraordinária. Nessa perspectiva, o sujeito necessariamente sofre influência do seu grupo familiar, considerado como padrão sócio-cultural. Destarte, a família é o primeiro grupo com que o ser humano se põe em contato. Desta forma, o apego tem função adaptativa para a criança, os pais, o sistema familiar. Seu sentido último é favorecer a sobrevivência, mantendo próximos e em contato bebê e progenitores (ou quem cumprir tal função), que são os que protegem e oferecem cuidados durante a infância.

Conforme Coll (2004), a função do apego é proporcionar segurança emocional ao sujeito, pois com elas a pessoa se sente segura, aceita incondicionalmente, protegida e com recursos emocionais e sociais necessários para seu bem-estar. A ausência ou perda das figuras de apego é percebida como ameaçadora, como perda irreparável, como situação de desproteção e desamparo; assim, como situação de risco.

A violência sexual intrafamiliar perpetrada contra a criança

A violência perpetrada contra crianças, de acordo com Silva e Silva (2005) é um fenômeno complexo, multifacetado, articulado numa estrutura social desigual e injusta, que manifesta valores e omissões da pluralidade de atores e instituições da sociedade. Para os autores, a prática se reproduz nos diversos campos, cujos impactos só vão poder ser percebidos em fases posteriores da vida da vítima.

Cohen e Gobbetti (1998), denominam esse tipo de violência como incesto, fenômeno o qual se manifesta através do relacionamento sexual entre pessoas que são membros da mesma família (exceto os cônjuges). Conforme Faleiros e Faleiros (2007), o abuso sexual perpetrado contra a criança consiste em relacionamento interpessoal realizado por adulto ou adolescente mais velho, no qual a criança é usada para proporcionar satisfação sexual do agressor.

A nível mundial, como mostram dados da OPAS / OMS (2003), a violência sexual tem sido pouco estudada, sendo a informação acumulada escassa e fragmentada. Os registros sobre a notificação deste problema, no caso das crianças, representam a pequena parte de uma

demanda cuja amplitude não é quantificada, sobretudo quando a vítima é do sexo masculino.

Na maioria dos países, como atestam a OPAS/OMS (2003) e o UNICEF (2005a), as meninas correm maior risco de sofrerem abuso sexual; porém entre meninos, mitos e estigmatização reprimem a possibilidade de denúncia, havendo dados estatísticos pouco confiáveis. No Brasil, segundo constatações do UNICEF (2005b), os números oficiais sobre violência contra criança apenas são reconhecidos pelos registros de morbimortalidade, dependendo que a denúncia chegue até o setor de saúde ou de segurança pública.

Para Almeida (2003), há incidência de retratação por parte da criança que foi molestada por meio da ocultação, correção, deturpação ou minimização da realidade contada anteriormente. Isso se dá em decorrência de novas ameaças do abusador, o medo de represálias, a culpa, a separação da família, o sofrimento dos pais ou a prisão do ofensor. Destarte, todos estes fatores fazem a criança ficar confusa ou arrependida de ter revelado o abuso.

Brancalhone et al (2004) consideram que a violência sofrida pela criança repercute no seu desempenho escolar, seja devido à falta de concentração e de atenção, ou por comportamentos prejudiciais para seu aprendizado, como agressividade ou isolamento. Condição esta que impõe se identificar intervenções educativas que respondam às necessidades das crianças vitimizadas. Assim, a integralização de ações entre escola e família, é fundamental para vencer o desafio de enfrentar situações de violência. Segundo Diskin e Roizman (2002), tal demarca uma necessidade coletiva e um comprometimento com a construção de um futuro de bem-estar da sociedade.

Do ponto de vista de Koshima (2005) é necessário o trabalho em equipe no atendimento à complexidade desse fenômeno, pois não dá para atender à criança vítima de violência sexual sem se abordar o problema mediante equipe técnica multiprofissional. Koshima considera ainda que o compromisso fundamental é a interrupção da violência, sendo necessárias medidas jurídicas de contenção do agressor, medidas sociais de proteção à criança, medidas médicas de tratamento das conseqüências e medidas psicossociais.

Formação continuada de professores da educação infantil para lidar com a violência sexual intrafamiliar perpetrada contra crianças

A educação infantil é a fase escolar pela qual passa a criança durante a segunda infância. Processo o qual, conforme Vila (2000), possui três atores centrais para sua operacionalização - crianças, famílias e educadores – e que deve configurar-se em conjuntura que represente prolongamento do contexto familiar.

Especificamente relativo a tal processo, Cruz (2001) considera que a creche tem se constituído poderosa aliada para famílias de classes subalternas. Isso se justifica, segundo o autor, pois essa instituição se volta a proporcionar proteção e cuidados mínimos à sua clientela em jornada de tempo integral; e por estarem localizadas em bairros periféricos e em núcleos favelados enquistados nos bairros valorizados da cidade. A função da creche, neste sentido, vai mais além dos aspectos relacionados à instrução, englobando a construção de valores, normas e atitudes que permitem à criança conviver bem em seus anos futuros.

De acordo com a Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 2006), a Educação Infantil em creches busca compreender a criança como um ser sócio-histórico, sujeito de direitos, produtor de cultura e nela inserido. De reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica, sua nova função integraliza as ações de educar e cuidar. E, está pautada no exercício de função diferenciada e complementar à ação da família, cuja parceria escola-família deve ser fortalecida, como estratégia para assegurar o atendimento integral à criança.

Candau (1996) enfatiza que o desafio atual para a formação de professores é gerar profissionais crítico-reflexivos, que possam favorecer processos coletivos de reflexão no cotidiano de trabalho na escola. Deve-se, para tal, conforme Nóvoa (1995), valorizar o saber docente, com o objetivo de se revelar as potencialidades deste educador, facilitando o processo formativo.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece, e o Estatuto da Criança e do Adolescente / ECA (BRASIL, 1990) legitima o dever de todos para velar pela dignidade da criança, pondo-a a salvo de qualquer forma de violência. Dever este que, conforme delimita o ECA (art. 245), repercute no papel da pré-escola ou creche, de comunicar às autoridades competentes os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança. O que, em contrapartida, implica na necessidade de orientações junto a esses profissionais quanto a como lidar com tais situações, já que a escola além do

papel social, formador, e de cidadania, deve atuar na perspectiva preventiva.

Para Azevedo, Barbosa e Cavalcanti (2003) a atitude do professor envolve aspectos subjetivos como o jeito de olhar e o tom de voz, percebidos pela criança como aprovação ou reprovação. Mas também pode haver, por parte do educador, omissão decorrente da dificuldade em lidar com a própria sexualidade e/ou medo de envolver-se com denúncias junto aos familiares e à Justiça. Percebe-se que a formação continuada de professores é instrumento de incontestável relevância para que estes profissionais possam perceber os sinais da violência - especialmente a sexual - junto aos seus alunos.

Como enfatiza o Projeto Girassol (2006), o educador bem informado e sensível aos seus educandos possui capacidade de observar mudanças bruscas na conduta ampla da criança, ou quadros sintomatológicos que apontem a suspeita de vitimização por violência sexual.

Conforme Pires e Miyazaki (2005) podem ser observados alguns sinais que evidenciam possível caso de abuso sexual infantil. Porém, é necessário que após essa observação e identificação, se faça investigação mais profunda antes de afirmar a ocorrência do crime e tomar decisões cabíveis. Para tal, pais, professores e demais pessoas que convivem com a criança devem estar atentos aos vários meios de comunicação que esta utiliza no seu dia-a-dia.

Entre tais alterações, as que manifestem psicossomatizações, DSTs, traumatismos físicos, baixo controle dos esfíncteres, isolamento social, regressão a comportamentos característicos de fase de desenvolvimento pregresso, depressão, baixa auto-estima, vergonha excessiva, culpa e autoflagelação, ansiedade, agressividade, interesse não usual sobre questões sexuais, afeto sensualizado inapropriado. Além dos impactos destes diretamente associadas a quedas e ao baixo rendimento na frequência escolar e ao pouco interesse da criança em voltar para casa.

Contudo, como mostra Hazeu (2004), para que as escolas, e conseqüentemente os professores, contribuam com a prevenção da violência sexual, de maneira geral, é preciso que se desenvolvam programas de educação para a saúde sexual junto à comunidade escolar. Processos os quais, segundo o autor, devem incorporar a divulgação de informações sobre violência sexual, e que incluam a criança vitimizada e respectiva família. Porém, para tal, essas ações, na maioria das vezes, ocorrem com êxito quando há uma formação satisfatória dos educadores envolvidos.

Metodologia

Este trabalho consiste em relato de experiência a partir de estágio profissional na área de Psicologia, realizado em Creche vinculada a Centro Comunitário, localizada na cidade de Teresina (PI), no período de março de 2006 a março de 2007. A metodologia que acompanhou a realização da coleta de informações sobre a demanda da instituição é de caráter qualitativo, pois prioriza, segundo Martins (2006), descrever, compreender e interpretar fatos e fenômenos a serem investigados. Dados os quais, no presente estudo, referentes à violência sexual intrafamiliar identificada junto a crianças estudantes do período pré-escolar (com faixa etária compreendida entre 2 e 6 anos). Para tal, podendo evidenciar possíveis contribuições para a formação de professores atuantes na educação infantil.

Neste estágio profissional foram efetuadas pelo setor de Psicologia vinculado à esta creche, o qual se direciona a prestar assistência individual e em grupo aos educandos e respectivos familiares, na perspectiva de trabalho interdisciplinar junto à equipe técnica multiprofissional da Instituição. Para tal, foram realizadas observações das relações entre pais e filhos, no ambiente escolar; intervenções psicológicas junto aos alunos a partir das demandas apresentadas pelos educadores; e, entrevistas com estes sobre a violência sofrida pelas crianças referenciadas e respectivas repercussões percebidas na aprendizagem e nas relações com companheiros e docentes.

A técnica da *observação* era realizada no momento da chegada e da saída das crianças da creche (quando acompanhadas pelos respectivos pais / responsáveis), nos momentos do recreio e no decorrer das atividades pedagógicas em sala de aula. No contato das crianças com os familiares buscava-se perceber os tipos de relações entre os referidos membros, dentro do ambiente da instituição escolar, além de como estas crianças se comportavam na presença e na ausência dos seus pais/responsáveis. No recreio, priorizava-se verificar os tipos de relações que estas mantinham com os companheiros escolares, e, se agiam de forma agressiva, hostil, passiva ou se apresentavam conduta atípica à esperada para sua idade maturacional. Ainda, observava-se o relacionamento dos educandos com seus professores quanto à qualidade do vínculo, participação e realização das atividades e os comportamentos frente a situações de solicitação de resolução de tarefas.

Já as *intervenções* eram feitas quando do surgimento de queixas por parte dos professores ou das próprias crianças para as quais se buscava identificar condutas e reações

dos participantes diante de situações de estresse, além de mudanças bruscas comportamentais que apontassem indicativo de suspeita de que o aluno havia sofrido algum tipo de violência. Posteriormente, intervia-se com a prestação de orientações aos educadores, ao acionamento dos pais para submissão a entrevista psicológica familiar, após os quais sucedia-se com a prestação de acompanhamento psicoterapêutico com as crianças vitimadas. As observações eram realizadas no momento da chegada e da saída das crianças na escola, quando acompanhadas por seus pais, no recreio e durante as atividades pedagógicas em sala de aula.

Acresce-se que, a entrevista com os professores foi realizada de forma não-diretiva, ou seja, não havia um roteiro elaborado previamente, e as informações eram coletadas de acordo com a necessidade de obtenção de dados referentes a determinada criança que tivesse sob suspeita de sofrer violência sexual intrafamiliar.

Caracterização da Instituição

O Centro Comunitário onde se desenvolveu a experiência então relatada é mantido pela Paróquia do bairro e promove atividades de cunho social voltadas à comunidade local e às regiões vizinhas. A Instituição atende crianças carentes através da creche e do reforço escolar; além de jovens e adultos através dos cursos profissionalizantes ofertados. Há, ainda, cursos preparatórios para o vestibular, e ações direcionadas a grupos familiares, as quais desenvolvidas pela Igreja Católica; além de abrigar um posto do Programa Saúde da Família (PSF). Oferece, ainda entre as variadas modalidades de ações multidisciplinares, através de profissionais e estagiários, o serviço de Psicologia à comunidade. Este serviço atua em diferentes campos, tais como o escolar, o clínico, o organizacional e o comunitário. A clientela recorre ao serviço de Psicologia por indicação de pessoas já atendidas, por encaminhamento técnico pelo PSF ou por conhecerem o serviço ao utilizar alguma outra modalidade assistencial na Instituição.

O Centro Comunitário possui, como estrutura física, um ambiente com salas de aulas, destinadas ao reforço escolar e para atividades de pintura e bordado; uma mini-fabrica de biscoitos, biblioteca, auditório, cantina, marcenaria, quadra de esportes, creche, auditório, consultório de psicologia e sala da administração geral.

Resultados e Discussão

Percebeu-se que sinais e/ou características sintomatológicas e comportamentais associadas à vitimização por violência sexual intrafamiliar entre crianças estudantes da creche onde se desenvolveu o presente estudo perfizer cerca de 8 % do total de alunos. Ressalta-se que essa quantidade representa a pequena “ponta do iceberg”, visto a invisibilidade e sutileza atrelada às marcas desse tipo de violência. Condição esta decorrente dos estigmas, mitos e tabus em torno dos papéis sócio-culturalmente atrelados à Instituição Família, os quais somados ao abuso de poderes amplos sobre o filho, à coisificação da infância e, que se refletem nos conflitos emocionais e sentimentos de culpa, que dificultam a criança em expressar sua subjetividade.

A seguir estão expostas as categorias referentes à violência sexual intrafamiliar perpetrada contra crianças, que se distribuiu em *conduta da criança* quanto à experiência vivida, *percepção da família* sobre o problema suspeito, *percepção dos educadores* acerca da queixa identificada e apresentada ao Setor de Psicologia.

- Conduta da criança

No que se refere a esta categoria, as constatações foram obtidas através das intervenções psicoterapêuticas junto à criança encaminhada pelos educadores ao Setor de Psicologia. Para tal, utilizava-se de técnicas como o uso de brinquedos representativos da família, do desenho livre e de jogos lúdicos variados, ocasiões durante as quais se procurava oportunizar ambiência favorável a deixar a criança se sentir à vontade para expressar livremente seus conteúdos subjetivos. Estes foram os momentos mais delicados ao longo da experiência profissional referida, devido à dificuldade da criança estabelecer vínculo de confiança com a terapeuta, verbalizar (dada sua imaturidade cognitiva), e aos temores decorrentes dos traumas relacionados à submissão à violência e possíveis ameaças relacionadas. Pôde-se constatar que as crianças vitimadas apresentavam conduta atípica à idade maturacional, com características que oscilavam entre isolamento social e exacerbada expressão e solicitação de afeto; queixas de dores na genitália e ânus; relato de cenas de atos obscenos presenciados no ambiente doméstico ou de ter participado de práticas de teor erótico ou sexual.

Tal constatação está de acordo com o que Brino (2003), segundo a qual, a criança que sofreu ou está sofrendo abuso sexual demonstra dificuldades em relatar o fato. Condição esta

que mostra a necessidade de treinamento aprofundado para que professores saibam identificar sintomas, e avaliar o contexto da criança (quando começaram a ocorrer sintomas associados ao abuso, se foi um processo, se foi de repente, se esses sintomas têm permanecido por período longo).

- Percepção da família

No que se refere a esta categoria, pôde-se constatar que a alguns membros da família percebiam a possibilidade da violência observada junto à criança como algo decorrente de suspeitas infundadas, e, então negligenciavam o apelo dos profissionais da Instituição ou culminavam por retirar (sem prévio aviso) a criança da creche. Quando os familiares admitiam que poderia ser verdade o que se suspeitava, reiteravam em afirmar que nada poderiam fazer seja por medo das conseqüências afetivas, financeiras, sociais e de comprometimento das relações domésticas, ou de prováveis represálias do agressor, devido às ameaças já recorrentes.

Koller e De Antoni (2004) revelam os fatores de risco essenciais para a ocorrência desta violência, que são: a história anterior da vítima e do abusador, assim como a ausência de recursos terapêuticos e de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); o sentimento de solidão e de insegurança no meio familiar aliado aos segredos de família, problemas como estresse, de saúde e questões financeiras, a falta de emprego e o empobrecimento; baixa auto-estima, comunicação ineficiente na família juntamente com as práticas disciplinares de punição, com a vulgarização e a banalização da violência, além da aceitação da punição corporal pela sociedade; e, igualmente, fatores relacionados à cognição e à educação.

- Percepção dos educadores

Constatou-se que os educadores apresentavam dificuldades em lidar com situações relacionadas à suspeita de seus alunos estarem sendo vítimas de violência sexual intrafamiliar. Entre estas preponderava o fato de não conseguir discriminar os sinais, ou, quando o conseguiam, em como proceder para ao mesmo tempo garantir a proteção da integridade da criança contra o agressor, e ajudá-la na recuperação frente ao problema. Também, os professores manifestavam dificuldades quanto à denúncia aos órgãos competentes, devido

ameaças lhes feitas diretamente pelo agressor ou por represálias deste junto à criança.

Tal constatação reflete as necessidades de mudanças associadas ao processo formativo do educador, as quais apontadas por Hazeu (2004), e que devem priorizar a abordagem de estratégias frente a problemas como a violência. Essas mudanças, conforme o autor, são de relevância incontestável no sentido de facilitar a identificação dos sinais que caracterizam o abuso ou violência sexual contra a criança e, a tomada de providências nos respectivos casos.

Considerações Finais

O trabalho interdisciplinar mediante integralização de diversos campos de saberes é relevante frente à violência sexual intrafamiliar perpetrada contra crianças. Ressalta-se que nessa conjuntura, a escola, especialmente a creche, mostra-se como ferramenta indispensável para promover melhorias na qualidade de vida de crianças vitimadas, pois os professores estão em contato freqüente com seus alunos; portanto em condições de acessibilidade para perceber quaisquer alterações, sejam físicas, psicológicas ou sociais. Podendo contribuir na sensibilização por mudanças na atitude da família junto ao agressor.

O combate à violência sexual intrafamiliar perpetrada contra crianças exige serviços bem articulados entre as redes de saúde, de atendimento jurídico; a articulação entre ações governamentais e a mobilização da sociedade civil e das famílias vitimadas. Daí, considerando a criança como a prioridade absoluta no caso em questão, a expectativa dos professores em tentar estruturar junto à equipe técnica institucional estratégias protetivas e que possam garantir a permanência do educando na creche, a fim de que esta seja sistematicamente acompanhada por profissionais especialistas na perspectiva da promoção do cuidado e da reabilitação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.C.E.P de. **Abuso sexual de crianças: crenças sociais e discursos da psicologia.** Universidade do Minho. Braga, 2003

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte; SANTOS, Maria Cristina Amélia Borges dos; ROSSI, Tânia Maria de Freitas. Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. In: **Psicologia: teoria e pesquisa.** v. 22, n. 3, Brasília, set/dez, 2006.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, E. C.; BARBOSA, G. F.; CAVALCANTI, P. P. A escola na prevenção à violência. In **Viver Psicologia.** São Paulo, n. 129, Ano XII. Outubro/2003.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo: IGLU, 1989.

BRANCALHONE, Patrícia George et al. Crianças expostas à violência conjugal: Avaliação do Desempenho Acadêmico. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Mai-Ago, Vol. 20, N° 2, 2004. p. 113-117.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, EB, 2006.32 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil.** Série cadernos de Atenção Básica nº 11. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília-DF; 2002.

BRINO, Rachel de Faria. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. In: **Cadernos de Pesquisa,** n. 119, julho/ 2003.

CANDAU, Vera M. F. A formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline M. de M. R.; MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais.** São Carlos: EDUFScar, 1996. p. 139-152.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COHEN, C.; GOBBETTI, G. J. Abuso sexual intrafamiliar. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais.** v. 6, n. 24, p. 235-43, 1998.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação:**

psicologia evolutiva. V. 1. 2ª ed. tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. In: **Revista Brasileira de Educação**. Jan – Abr, Nº 16, 2001. p.48-60.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura Gorresio. **Paz, como se faz?:** semeando cultura de paz nas escolas.— Brasília: Governo do Estado de Sergipe, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.

DORIN, Lannoy. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1982.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Situação da infância Brasileira 2006**. Brasília/DF, 2005a.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Situação Mundial da Infância 2006**. Nova Iorque, 2005b.

HAZEU, Marcel. **Direitos sexuais da Criança e do Adolescente: uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Movimento Republicano de Emaús. Belém (PA), 2004.

KOLLER, Silvia Helena; DE ANTONI, Clarissa. A pesquisa ecológica sobre violência no microsistema familiar. In: KOLLER, Silvia. **Ecologia do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOSHIMA, K. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: danos secundários**. In Caminhos. Disponível em <<http://www.caminhos.ufms.br/publicacoes/view.htm?a=1133>> 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. Interações afetivas na família e na pré-escola **Estudos de Psicologia**, 10(1), 2005. p. 131-138.

MUSSEN, Paul Henry e at. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Harbra, 2001.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote de Inovação Educacional, 1995.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OPAS/OMS). **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington, D. C., 2003.

PIRES, Ana L.D.; MIYAZAKI, Maria C.O.S. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde.** São José do Rio Preto: Departamento de Psiquiatria e Psicologia e Laboratório de Psicologia e Saúde, 2005.

PROJETO GIRASSOL. **Orientações para o combate e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.** Teresina: ASA, 2006.

RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social.** 4ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza e. **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil.** São Paulo: Global; Brasília: UNICEF, 2005.

VILA, I. Aproximación a la educación infantil: características e implicaciones educativas. **Revista Ibero-Americana**, 22, 41-60, 2000.